

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	86
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	186.172.738
Preferenciais	56.877
Total	186.229.615
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	3.702.605	3.738.242
1.01	Ativo Circulante	652.756	542.911
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.088	1.206
1.01.02	Aplicações Financeiras	211.666	162.905
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	211.666	162.905
1.01.03	Contas a Receber	298.775	269.913
1.01.03.01	Clientes	298.775	269.913
1.01.04	Estoques	18.485	17.317
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.169	8.742
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	113.573	82.828
1.01.08.03	Outros	113.573	82.828
1.01.08.03.01	Adiantamentos a empregados	6.369	4.447
1.01.08.03.02	Depósitos Vinculados	107.204	78.381
1.02	Ativo Não Circulante	3.049.849	3.195.331
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	321.371	478.882
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	321.371	478.882
1.02.01.10.03	Projeto Alvorada - recursos aplicados	0	174.829
1.02.01.10.04	Projeto KFW - recursos aplicados	53.772	53.720
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	6.731	8.527
1.02.01.10.07	Depósitos para reinvestimento	4.605	4.414
1.02.01.10.08	Depósitos vinculados a garantias	13.513	12.915
1.02.01.10.09	Ativos financeiros - Contratos de Concessão	242.645	224.361
1.02.01.10.10	Outros Ativos	105	116
1.02.03	Imobilizado	48.385	43.078
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	48.385	42.897
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	181
1.02.03.03.03	Imobilizado em Andamento	0	181
1.02.04	Intangível	2.680.093	2.673.371
1.02.04.01	Intangíveis	2.680.093	2.673.371
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.349.714	2.408.662
1.02.04.01.02	Ativo de Contrato	318.708	252.352
1.02.04.01.03	Direito de uso	10.810	11.121
1.02.04.01.04	Softwares	861	1.236

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	3.702.605	3.738.242
2.01	Passivo Circulante	555.916	450.322
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.038	34.572
2.01.02	Fornecedores	144.745	124.618
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	144.745	124.618
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.180	26.670
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.180	26.670
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.768	1.863
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	24.412	24.807
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	74.314	61.125
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	65.300	61.125
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	9.014	0
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	9.014	0
2.01.05	Outras Obrigações	235.354	168.357
2.01.05.02	Outros	235.354	168.357
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	59.097	32.204
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	3.343	3.581
2.01.05.02.05	Acordos judiciais a pagar	9.400	9.400
2.01.05.02.06	Obrigações com Tarifa de Contingência	163.514	123.172
2.01.06	Provisões	35.285	34.980
2.01.06.02	Outras Provisões	35.285	34.980
2.01.06.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	35.285	34.980
2.02	Passivo Não Circulante	786.449	996.509
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	322.090	335.971
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	321.170	335.971
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	920	0
2.02.01.03.01	Arrendamento mercantil	920	0
2.02.02	Outras Obrigações	74.992	261.247
2.02.02.02	Outros	74.992	261.247
2.02.02.02.03	Tributos a Recolher	20.124	24.975
2.02.02.02.04	Projeto alvorada - recursos recebidos	0	174.468
2.02.02.02.05	Projeto KfW II - recursos recebidos	49.316	49.469
2.02.02.02.07	Garantias contratuais de fornecedores	3.985	3.718
2.02.02.02.08	Acordos judiciais a pagar	1.567	8.617
2.02.03	Tributos Diferidos	90.362	139.648
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	90.362	139.648
2.02.04	Provisões	299.005	259.643
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.129	57.852
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	49.129	57.852
2.02.04.02	Outras Provisões	249.876	201.791
2.02.04.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	60.816	63.745
2.02.04.02.05	Provisão atuarial benefício definido-Plano de saúde	189.060	138.046
2.03	Patrimônio Líquido	2.360.240	2.291.411
2.03.01	Capital Social Realizado	1.977.904	1.869.622
2.03.01.01	Capital social	1.977.904	1.869.622
2.03.04	Reservas de Lucros	29.581	20.773

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.04.02	Reserva Estatutária	22.197	22.197
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.384	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	22.629
2.03.04.10	Prejuízo Acumulado	0	-24.053
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	468.982	489.554
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-116.227	-88.538

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	376.734	1.082.291	324.608	965.435
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-199.491	-631.365	-167.761	-533.330
3.03	Resultado Bruto	177.243	450.926	156.847	432.105
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-120.114	-339.706	-125.587	-314.390
3.04.01	Despesas com Vendas	-43.158	-124.626	-42.502	-117.259
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-73.335	-206.566	-82.977	-192.916
3.04.02.01	Despesas administrativas	-62.204	-183.152	-78.038	-176.741
3.04.02.02	Despesas tributárias	-11.131	-23.414	-4.939	-16.175
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-3.621	-8.514	-108	-4.215
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	57.129	111.220	31.260	117.715
3.06	Resultado Financeiro	-17.995	20.277	-4.496	-33.499
3.06.01	Receitas Financeiras	15.441	94.273	24.335	53.818
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.436	-73.996	-28.831	-87.317
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	39.134	131.497	26.764	84.216
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.370	-24.214	-903	-16.782
3.08.01	Corrente	-19.677	-59.234	-19.193	-42.466
3.08.02	Diferido	14.307	35.020	18.290	25.684
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	33.764	107.283	25.861	67.434
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	33.764	107.283	25.861	67.434
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,18490	0,58750	0,14760	0,38500
3.99.01.02	PN	0,20340	0,64620	0,16240	0,42350
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,18490	0,58750	0,14760	0,38500
3.99.02.02	PN	0,20340	0,64620	0,16240	0,42350

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	33.764	107.283	25.861	67.434
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-27.689	-27.689	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.075	79.594	25.861	67.434

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	212.280	223.973
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	332.458	332.602
6.01.01.01	Lucro antes do IRPJ e CSLL	131.497	84.216
6.01.01.02	Depreciação e amortização	164.555	107.522
6.01.01.03	Valor residual na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	23.937	35.952
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.522	30.284
6.01.01.05	Provisão para causas judiciais	-1.093	-12.436
6.01.01.06	Provisão Incentivo a aposentadoria - PRSP	19.991	35.735
6.01.01.07	Atualização da provisão incentivo a aposentadoria	10.288	7.038
6.01.01.08	Ajuste a Valor Presente - PRSP	-6.631	-10.320
6.01.01.09	Atualização monetária de depósitos judiciais e REFIS	994	792
6.01.01.10	Juros e variações monetária e cambial	37.438	77.263
6.01.01.11	Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	-54.957	-14.808
6.01.01.12	Receita financeira dos depósitos vinculados	-7.122	-6.358
6.01.01.13	Provisão para perdas do estoque	0	362
6.01.01.14	Tributos diferidos	-35.020	-2.640
6.01.01.15	Provisão atuarial - Benefício definido Plano de saúde	9.059	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-49.384	-65.795
6.01.02.02	Depósitos vinculados	-26.078	-11.491
6.01.02.03	Contas a receber	-68.384	-49.516
6.01.02.04	Estoques	-1.168	-5.166
6.01.02.05	Tributos a recuperar	-5.799	-1.210
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social a recolher	40.655	10.499
6.01.02.07	Tributos a recolher	-6.679	-7.838
6.01.02.09	Depósitos para reinvestimento	-55	6.159
6.01.02.12	Outros ativos	318	1.949
6.01.02.13	Fornecedores	20.127	553
6.01.02.14	Incentivo a aposentadoria - PRSP	-26.272	-21.777
6.01.02.15	Provisão para contingencias	-9.870	0
6.01.02.16	Projetos Alvorada e KfW II	-205	-2.509
6.01.02.17	Outros Passivos	734	-755
6.01.02.18	Acordos judiciais e a pagar	-7.050	-3.133
6.01.02.19	Obrigações com Tarifa de Contingência	40.342	18.440
6.01.03	Outros	-70.794	-42.834
6.01.03.01	Juros pagos	-16.205	-22.561
6.01.03.02	IRPJ e CSLL pagos	-54.589	-20.273
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-182.326	-182.829
6.02.01	Aquisição de Imobilizado/Intangível	-137.427	-100.369
6.02.02	Aplicações financeiras	-44.899	-82.460
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-30.072	-41.001
6.03.01	Amortização de empréstimos	-37.504	-45.044
6.03.03	Ingressos de empréstimos	7.669	4.043
6.03.06	Recursos pagos do Governo	-237	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-118	143
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.206	1.088

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.088	1.231

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.869.622	0	44.826	-24.053	401.016	2.291.411
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.869.622	0	44.826	-24.053	401.016	2.291.411
5.04	Transações de Capital com os Sócios	108.282	0	-22.629	-96.418	0	-10.765
5.04.01	Aumentos de Capital	108.282	0	-22.629	-62.071	0	23.582
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-34.347	0	-34.347
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.855	-48.261	79.594
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	107.283	0	107.283
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	20.572	-48.261	-27.689
5.05.02.07	Realização do Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	20.572	-20.572	0
5.05.02.08	Reconhecimento perdas atuariais com benefício definido	0	0	0	0	-27.689	-27.689
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.384	-7.384	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.384	-7.384	0	0
5.07	Saldos Finais	1.977.904	0	29.581	0	352.755	2.360.240

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.760.097	0	111.860	-82.849	434.014	2.223.122
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.760.097	0	111.860	-82.849	434.014	2.223.122
5.04	Transações de Capital com os Sócios	109.525	0	-89.655	0	0	19.870
5.04.01	Aumentos de Capital	109.525	0	-93.001	0	0	16.524
5.04.08	Constituição de reserva de incentivo fiscal	0	0	3.346	0	0	3.346
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	89.013	-21.579	67.434
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.434	0	67.434
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	21.579	-21.579	0
5.05.02.07	Realização do Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	21.579	-21.579	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.164	-6.164	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.164	-6.164	0	0
5.07	Saldos Finais	1.869.622	0	28.369	0	412.435	2.310.426

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	1.153.722	1.030.758
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.124.435	1.003.424
7.01.02	Outras Receitas	1.621	1.736
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	62.291	53.187
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-34.625	-27.589
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-535.013	-472.765
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-472.722	-419.578
7.02.04	Outros	-62.291	-53.187
7.02.04.01	Custos de construção	-62.291	-53.187
7.03	Valor Adicionado Bruto	618.709	557.993
7.04	Retenções	-164.555	-107.522
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-164.555	-107.522
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	454.154	450.471
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	98.012	55.474
7.06.02	Receitas Financeiras	43.055	40.665
7.06.03	Outros	54.957	14.809
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	552.166	505.945
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	552.166	505.945
7.08.01	Pessoal	204.286	203.111
7.08.01.01	Remuneração Direta	132.415	129.568
7.08.01.02	Benefícios	48.524	37.578
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.289	8.221
7.08.01.04	Outros	15.058	27.744
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	143.946	115.052
7.08.02.01	Federais	133.383	112.421
7.08.02.02	Estaduais	9.102	1.731
7.08.02.03	Municipais	1.461	900
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.740	101.577
7.08.03.01	Juros	18.822	18.042
7.08.03.02	Aluguéis	1.743	14.259
7.08.03.03	Outras	55.175	69.276
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	107.283	67.434
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	107.283	67.434
7.08.05	Outros	20.911	18.771
7.08.05.01	Agentes reguladores	11.852	10.736
7.08.05.02	Taxa de concessão da prefeitura de Fortaleza	9.059	8.035



Principais Destaques Financeiros – 3º Trimestre de 2019

- **Aumento da receita operacional líquida**
- **Aumento nos custos operacionais, despesas comerciais e administrativas**
- **Aumento do Lucro líquido do período**

1. Receita

A Receita Operacional Líquida de água e esgoto totalizou R\$ 1,019 bilhão no 3º trimestre de 2019, ficando acima do mesmo período de 2018 em R\$ 107,7 milhões (11,81%). Os principais fatores que justificam o aumento da Receita Operacional Líquida do 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período em 2018 foram:

- Aplicação de revisão da tarifa média praticada pela Cagece, no valor de R\$ 4,11/m³ em janeiro de 2019 pela ARCE. O objetivo dessa revisão foi alcançar a tarifa média de R\$ 3,55 por metro cúbico, autorizada pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR) para Fortaleza e pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE) para os municípios do interior;
- Incremento de ligações ativas de água e de esgoto. Para o produto água o incremento total foi de 16.430 ligações. No que se refere ao produto esgoto, o incremento total foi de 18.898 novas ligações;
- Aplicação de revisão extraordinária da tarifa média em de 15,86% a partir de abril de 2019.

Receita Operacional Líquida				
Produto	3T2019	3T2018	Var. Abs.	Var. %
Água	788.779	710.126	78.653	11,08%
Esgoto	335.656	293.297	42.359	14,44%
Impostos s/ Vendas	(104.436)	(91.175)	(13.261)	14,54%
Subtotal	1.019.999	912.248	107.751	11,81%
Receita de Construção	62.292	53.187	9.105	17,12%
Total	1.082.291	965.435	116.856	12,10%



O volume faturado de água teve um aumento de 0,21% no período, e o volume faturado de esgoto teve um aumento de 2,34%.

Volume Faturado de Água e Esgoto - Categoria de Uso (milhões de m3)				
Categoria	3T2019	3T2018	Varição	%
Água	197.398	196.993	405	0,21%
Esgoto	74.931	73.217	1.714	2,34%
Total	272.329	270.210	2.119	0,78%

2. Custos operacionais, despesas comerciais e administrativas

Abrange os custos de operação e manutenção, despesas comerciais e despesas administrativas. Esses custos e despesas são compostos pelos grupos de Pessoal, Insumos (Energia, Água Bruta e Material de Tratamento), Materiais, Manutenção, Serviços, Transporte, Concessões, Contingências e Gerais.

No 3º trimestre de 2019, os custos e despesas, excluindo-se os custos de construção, estão acima dos valores referentes ao mesmo período de 2018 em 109,9 milhões.

A Companhia passou a reconhecer os custos e receitas de construção, a partir de 1º de janeiro de 2009, em função da adoção da ICPC 01 (Contratos de Concessão). As obras e melhorias na infraestrutura passaram a ser consideradas como "receita de construção", a valor justo (mercado), e seus respectivos custos aplicados na construção passaram a ser reconhecidos como "custo de construção".

Custos operacionais, despesas comerciais e administrativas				
Descrição	3T2019	3T2018	Var. Abs.	Var. %
Custos Operacionais	569.075	480.142	88.933	18,52%
Despesas Administrativas	206.566	192.916	13.650	7,08%
Despesas Comerciais	124.627	117.259	7.368	6,28%
Total	900.268	790.317	109.951	13,91%
Custos de Construção	(62.291)	(53.187)	(9.104)	17,12%
Total	837.977	737.130	100.847	13,68%



Custos Operacionais

Amortização do Ativo Financeiro: Nos custos operacionais, o principal impacto foi referente aos custos com amortização do ativo financeiro. No 3º trimestre de 2019 o valor foi de R\$ 148,6 milhões e no mesmo período em 2018 o valor foi de R\$ 105,2 milhões, com variação de R\$ 43 milhões. Essa variação deve-se à taxa WACC (2019: 10,29% / 2018: 11,85%). A taxa WACC é muito discutida e utilizada como um medidor de retornos de um investimento. Podemos dizer que o WACC (vem do inglês Weighted Average Capital Cost) é o custo médio ponderado de capital. Ela representa a taxa de desconto ou o custo de capital utilizado em uma análise de retorno.

Energia: O aumento nesse grupo foi em virtude dos reajustes extraordinários. Em Abril/19 tivemos um reajuste médio de 11,18%. Bem como em maio de 2019 a Aneel reajustou o valor das bandeiras tarifárias, sendo que a bandeira amarela passou de R\$1,00/100 kWh para R\$ 1,50/ 100 kWh, a bandeira vermelha P1 passou de R\$3,00/100 kWh para R\$ 4,00/100 kWh, e a bandeira vermelha P2 passou de R\$5,00/100 kWh para R\$ 6,00/100 kWh.

Água Bruta: O aumento foi decorrente dos reajustes consecutivos da tarifa de água bruta da COGERH, sendo 5,44% ocorrido em novembro de 2018 e 12% em março de 2019.

Serviço prestado por terceiros: A variação deve-se pelos realinhamentos de contratos e pelo acréscimo de colaboradores terceirizados, no período de julho de 2018 a setembro de 2019.

Serviço de manutenção do sistema: o aumento em 2019 decorre da ausência de contrato de fugas de esgoto da UN-MTE nos 3 primeiros meses de 2018. O novo contrato também tem valores contratados superiores ao anterior.

Despesas Administrativas

Causas judiciais: São gastos referentes a causas em decisões desfavoráveis para a Companhia. A variação refere-se às baixas do pagamento das parcelas referentes a acordos judiciais e ressarcimento contratual do Canal do Trabalhador.

Transportes: Nesse grupo houve uma redução devido à transferência dos custos com locação de veículos. A partir de 2019, com a revisão 2 do CPC 06 - Operações de Arredamento Mercantil, os valores contabilizados na conta despesas de transporte foram transferidos para conta despesa com depreciação.

Despesas Comerciais

PCLD: A provisão para perdas nos recebimentos dos créditos apresentou uma variação positiva devido ao aumento na Receita de água e esgoto, de 30 de setembro de 2018 para 30 de setembro de 2019, impulsionado pelo incremento de ligações de água e esgoto e pelo reajuste tarifário.



3. Lucro Líquido

O Lucro líquido do 3º trimestre de 2019 teve um aumento de R\$ 59,1 milhões em relação ao mesmo período de 2018. Essa variação deve-se ao aumento das receitas ter sido proporcionalmente maior que o aumento dos custos e despesas no período em análise, conforme demonstrado nos itens anteriores. Além disso, no grupo de Resultado Financeiro a Receita financeira sobre o ativo teve um acréscimo no período, essas variações ocorreram, principalmente, em razão do aumento da receita de atualização do ativo financeiro, a qual variou em virtude do aumento na Taxa WACC de 10,29% utilizada para o cálculo do valor presente do ativo financeiro e em razão da redução das despesas de variação cambial.

Lucro Líquido				
Descrição	3T2019	3T2018	Var. Abs.	Var. %
Receita Líquida	1.082.291	965.435	116.856	12,10%
Custos	631.365	533.330	98.035	18,38%
Despesas Operacionais	339.706	314.390	25.316	8,05%
Resultado Financeiro	20.277	(33.499)	53.776	-160,53%
Provisão IRPJ/CSLL	(24.214)	(16.782)	(7.432)	44,29%
Total	107.283	67.434	39.849	59,09%

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas Explicativas

Demonstrações do valor adicionado Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia” ou “CAGECE”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971 com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia atuava em 152 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Atualmente a Cagece está atuando no município de Cariús e nos distritos de Sobral (Aprazível, Jaibara e Taperuaba) com contrato de concessão vencido, tendo em vista que os mesmos estão em processo de regularização da delegação.

A seguir estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Status	Data de vencimento	% de faturamento	Tipo de contrato	Prazos em anos
FORTALEZA (a)	Vigente	04/11/54	57,49%	Programa	35
MARACANAÚ	Vigente	27/03/48	5,97%	Programa	30
CAUCAIA	Vigente	06/10/55	4,59%	Programa	36
JUAZEIRO DO NORTE	Vigente	28/12/33	3,89%	Concessão	30
MARANGUAPE	Vigente	29/09/54	1,05%	Programa	35
ITAPIOCA	Vigente	14/12/46	1,04%	Programa	30
PACATUBA	Vigente	01/10/54	1,01%	Programa	35
EUSÉBIO	Vigente	26/09/49	0,99%	Programa	30
SÃO G. DO AMARANTE	Vigente	24/09/54	0,95%	Programa	35
TIANGUÁ	Vigente	27/03/36	0,86%	Concessão	30

(a) Em 4 de novembro de 2019 foi celebrado novo contrato de programa do município de Fortaleza que tem data de vencimento 4 de novembro de 2054.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM),

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2019.

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

2.2 Conversão de moeda estrangeira**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As informações trimestrais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão relacionadas com empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado do período como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Instrumentos financeiros**(a) Ativos financeiros - classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(c) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base em dados objetivos do “contas a receber”, históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

(d) Passivos financeiros - classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria os “Empréstimos e financiamentos”, “Fornecedores”, “Incentivo a aposentadoria - PRSP”, “Obrigações com clientes” e “Garantias contratuais de fornecedores”.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

(e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

Os critérios para reconhecimento de impairment, atualmente aplicados, consideram que as vendas são pulverizadas entre um grande número de clientes e que o Contas a receber de clientes não possui um componente significativo de financiamento, ou seja o faturamento tem vencimento em até 30 dias, sendo que a Companhia reconhece como provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes, o total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que se encontram com prazo de inadimplência superior a 180 dias que é considerado um indicador de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

2.6 Ativos financeiros - concessão

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Notas Explicativas da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques está avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los às suas localizações.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.8 Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, ajustado ao custo atribuído em anos anteriores em função a convergência às IFRS, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais:

	<u>Anos</u>
Adutoras e canais	30 a 60 anos
Edificações	20 a 67 anos
Estações de tratamento	60 a 67 anos
Hidrômetros	10 anos
Ligações	20 a 50 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Poços	60 anos
Redes	30 a 80 anos
Reservatórios	20 a 60 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Direitos de uso - concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esses investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão. Esses direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Notas Explicativas da Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Obrigações especiais

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, incluindo os valores recebidos a título de tarifa de contingência, que foram utilizados na aquisição de ativos, doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído até 1º de janeiro de 2009 e histórico como base de valor após essa data, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se for o caso.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local em que esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios em que atua. Subsídios cruzados são representados pelas áreas em que houver conurbação ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia, não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre os lucros diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.14 Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAGECE relacionados a assistência médica e benefícios previdenciários são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). As avaliações atuariais são anuais. No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida (CD), o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAGECE e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial. Outro benefício concedido é o plano de assistência à saúde, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais de conhecimento da CAGECE, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Desse modo, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, sob ditames do CPC 33, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa. Quanto ao plano de assistência médica, tendo-se em vista que a CAGECE já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de aumento de passivo.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Obrigações de aposentadoria

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2004, a Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, com plano de contribuição definida e o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS) através do Plano de Contribuição Variável (PCV), em favor dos seus participantes e respectivos beneficiários. Para isso a Companhia realiza contribuições fixas e mensais à Cageprev, para os empregados participantes do referido plano.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para a Fundação Cageprev de forma obrigatória e contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Benefícios de rescisão - Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado (PRSP)

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

Participação nos resultados - obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após determinados ajustes, conforme definido em acordo coletivo. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

2.15 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.16 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetivo compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

2.17 Tarifa de contingência

Em 2015, através da Resolução n° 201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução n° 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e a Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo n° 003/15 - SUP, foi aprovado a implantação da tarifa de contingência. O mecanismo consiste na cobrança de um valor adicional pelo volume de água que ultrapassar a meta de economia estabelecida para cada cliente nos termos estabelecidos na referida resolução. A aplicação dos recursos provenientes da tarifa de contingência visa cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez e investimentos para redução de perdas físicas de água e segurança hídrica.

Conforme estipula as regulamentações sobre o tema:

- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência, ficam condicionados à aprovação pelas Agências Reguladoras, dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela Companhia.
- A Companhia mantém aplicação financeira vinculada e restrita para administrar os recursos recebidos oriundos da tarifa de contingência.
- Os ativos físicos constituídos a partir dos recursos provenientes da tarifa de contingência, serão considerados como provenientes de recursos não onerosos (participação financeira do usuário), sendo registrados como como obrigações especiais (nota explicativa 2.8).
- Se extinta a vigência da tarifa de contingência, os saldos contábeis das contas vinculadas a esses recursos recebidos, que não estejam comprometidos com inversões do plano de redução de perdas de água, serão considerados pelas Agências Reguladoras (ARCE e ACFOR), no processo tarifário, para fins modicidade tarifária.

Conseqüentemente, a Companhia mantém registrado no passivo circulante os valores provenientes da tarifa de contingência no qual ainda não foram aplicados nos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas físicas de água e segurança hídrica.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

2.18 Receita

Receita com vendas e prestação de serviços

É reconhecida tomando por base os serviços medidos de fornecimento de água e a coleta de esgoto no momento em que cumpre as obrigações de desempenho, conforme define o CPC 47, IFRS 15 (Receita de contrato com cliente). As receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturada até o final de cada período, são estimadas e reconhecidas no contas a receber de clientes e a contrapartida no resultado como receita a fatura.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de saneamento deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e esgotamento sanitário; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, o abastecimento de água e esgotamento sanitário; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.19 Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

3. Principais mudanças nas políticas contábeis

3.1 Operações de arrendamento mercantil

A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor; e
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento feitos. Os ativos de direito-de-uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se, raramente, isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil.

Quando a Companhia revisar sua estimativa do prazo de qualquer locação (porque, por exemplo, reavalia a probabilidade de uma extensão do arrendamento ou opção de rescisão ser exercida), ela ajusta o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que são descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento. O valor contábil dos passivos de arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável de pagamentos futuros de arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado. Em ambos os casos, é feito um ajuste equivalente ao valor contábil do ativo de direito-de-uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado durante o prazo remanescente (revisado) do arrendamento.

Quando a Companhia renegociar os termos contratuais de um arrendamento com o seu locador, a contabilização depende da natureza da modificação:

- Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço, independente dos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima.
- Em todos os outros casos em que o termo renegociado aumenta o escopo do arrendamento (se isso é uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é remensurado usando a taxa de desconto

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

aplicável na data da modificação, com o ativo do direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor.

- Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo de arrendamento quanto o direito de uso são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial do contrato de arrendamento com qualquer diferença reconhecida no resultado do exercício. O passivo de arrendamento é então ajustado para assegurar que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados durante o prazo renegociado, com os pagamentos de arrendamento modificados descontados à taxa aplicável na data da modificação. O ativo do direito de uso é ajustado pelo mesmo valor.

Como parte do expediente prático da norma, para os contratos que tanto conferem o direito à Companhia de usar um ativo identificado e requerem que determinados serviços sejam fornecidos pelo arrendador, a Companhia optou por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, isto é, aloca qualquer parcela dos pagamentos contratuais referente a quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato.

Natureza dos arrendamentos mercantis da Companhia:

A Companhia arrenda vários equipamentos e veículos compreendem apenas pagamentos fixos durante o período do arrendamento.

A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem nenhuma operação de venda e transação de “leaseback” de ativos.

O contrato de aluguel de veículos dá à Companhia o direito de usar os veículos para o prazo contratual estipulado. O referido contrato não estipula um valor residual garantido ao fornecedor dos veículos, apesar de não haver uma restrição na quilometragem dos veículos durante o prazo do aluguel, visto que a Companhia não queria ser operacionalmente restrita em sua capacidade de usar os veículos. Desta forma, os pagamentos de aluguel não representam o pagamento de praticamente todo o valor justo dos veículos. O passivo de locação total reconhecido no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019 e o compromisso de locação operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2018, estão brutos de PIS/COFINS, e podem ser reconciliados da seguinte forma:

	<u>Valor</u>
Ativo	
Imobilizado (ativos de direito de uso)	16.475
Passivos	
Passivos de arrendamento	16.475

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

3.2 Outras Normas

Emissão da interpretação IFRIC 23

Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia avaliou a adoção da norma e não há efeitos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Alteração da norma IAS 19

Alterações no plano em casos de redução ou liquidação. Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019. A Companhia não espera impactos em possíveis eventos futuros de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados.

Alteração da norma IFRS 3

Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos.

Alteração das normas IAS 1 e IAS 8

Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Visando ao aprimoramento contínuo da governança, em 2017 foi criada a Gerência de Governança, Riscos e Compliance - GRC, vinculada à Diretoria de Planejamento e Captação de Recursos - DPC, com o objetivo de planejar e gerir ações corporativas, adotando uma abordagem sistêmica para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos, controles internos, gestão de riscos, governança e compliance, tendo como base as exigências legais preconizadas pela Lei Nº 13.303 - Lei de Responsabilidade das Estatais, além de adotar as recomendações estabelecidas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

A área de riscos da Cagece, subordinada à GRC, têm como atribuição coordenar os processos de implantação, avaliação e manutenção da gestão de processos, gestão de riscos e controles internos, com vistas a melhoria do desempenho organizacional, redução do impacto dos riscos e disseminação da cultura de controles internos na Cagece.

A partir da implementação do modelo de gestão de riscos, estão sendo mapeados todos os riscos dos macroprocessos da Cadeia de Valor da Cagece, de modo a fortalecer os controles internos e permitir uma tomada de decisão pelos gestores pautada na análise dos indicadores de riscos. Além dos aspectos gerenciais, a gestão de riscos fortalecerá a transparência dos processos gerenciais, bem como a definição de critérios para priorização de investimentos e recursos.

(a) Risco de mercado**i) Risco cambial**

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de “*hedge*” ou “*swap*”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, ao dólar estadunidense, estava assim representada em milhares de reais:

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 18)	228.980	219.800
Cotação do USD	4,1644	3,8748
Empréstimos e financiamentos com o BID em USD	54.985	56.726

ii) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia possuía R\$ 386.470 (R\$ 397.096 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 18) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR), (TJLP) e (LIBOR).

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 4.1. (d).

(b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes e caixas, aplicações financeiras, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e ativo financeiro - contratos de concessão.

Com relação ao saldo de caixa e equivalentes e caixas, aplicações financeiras e depósitos vinculados a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, conforme divulgado nas Notas 5, 6 e 7.

Com relação ao saldo de contas a receber, a Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos:

Notas Explicativas da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

- **Particulares** - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.);
- **Órgãos públicos** - serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia;
- **Serviços indiretos** - trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Amparada pela Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Companhia, baseada no § 2º do inciso V do artigo 40, pode interromper os serviços quando do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado em um prazo de 30 dias.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

Com relação aos ativos financeiros, os riscos relativos são considerados bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

aprovação da Diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: (1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); (2) excesso de arrecadação; e (3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto e longo prazo, dependendo da expectativa de gasto dos recursos, visando melhorar a eficiência e rentabilidade das aplicações, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

▪ **Em 30 de setembro de 2019**

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	65.300	56.214	98.200	166.756	386.470
Fornecedores	144.745	-	-	-	144.745
Incentivo a aposentadoria - PRSP	35.285	32.548	23.584	4.684	96.101
Obrigações com clientes	3.321	-	-	-	3.321
Arrendamento mercantil	9.014	789	129	2	9.934

▪ **Em 31 de dezembro de 2018**

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	61.125	58.744	105.881	171.346	397.096
Fornecedores	124.618	-	-	-	124.618
Incentivo à aposentadoria - PRSP	34.980	40.209	17.248	6.288	98.725
Obrigações com clientes	3.558	-	-	-	3.558

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A seguir é apresentado a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o pronunciamento técnico CPC 40(R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em 30 de setembro de 2019 em 5,40% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um decréscimo da cotação em 25% (4,05% a.a.) e 50% (2,70% a.a.), respectivamente.

Com relação aos passivos financeiros atrelados a taxas de juros, o cenário I considerou a manutenção da taxa média de captação da Companhia em 30 de setembro de 2019 de 6,20% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo na taxa média de captação em 25% (7,75% a.a.) e 50% (9,30% a.a.), respectivamente.

Dada a exposição do passivo financeiro ao risco de oscilação da cotação do dólar, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário I: cotação do dólar em R\$4,1644 em 30 de setembro de 2019; (ii) cenário II: cotação do dólar, passando para R\$5,2055; e (iii) cenário III, passando a R\$6,2466.

Instrumentos financeiros	Risco	30/09/2019		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a convênios indexados ao CDI				
Aplicações Financeiras	Redução do indexador	211.666	220.238	217.381
<i>Impacto no resultado</i>		11.430	8.572	5.715
Depósitos Vinculados	Redução do indexador	106.896	111.225	109.782
<i>Impacto no resultado</i>		5.772	4.329	2.886
Passivo financeiro				
Empréstimos e financiamentos (Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades, BNDES e BID)				
	Alta do indexador	386.470	391.174	395.878
<i>Impacto no resultado</i>		(23.961)	(29.951)	(35.942)
BID				
Empréstimos em USD (BID)	Alta do US\$	228.980	286.225	343.470
<i>Impacto no resultado</i>		-	(57.245)	(114.490)

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

4.2. Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Total dos empréstimos (Nota 18)	386.470	397.096
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(1.088)	(1.206)
Menos: aplicações financeiras (Nota 6)	(211.666)	(162.905)
Dívida líquida	<u>173.716</u>	<u>232.985</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.360.240</u>	<u>2.291.411</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u><u>2.533.956</u></u>	<u><u>2.524.396</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u><u>6.86%</u></u>	<u><u>9.23%</u></u>

4.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pela agência internacional de rating Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/09/2019	31/12/2018
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA (bra)	11	-
AA	319.943	242.472
Não informado(*)	4	20
	319.958	242.492

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pela agência dos ratings utilizada pela Companhia.

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

	Fitch
Banco do Brasil S.A.	AA (bra)
Caixa Econômica Federal	AA (bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	Não informado(*)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AA (bra)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como demonstrado a seguir:

	30/09/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	170	990
Bancos conta arrecadação	918	216
	1.088	1.206

6. Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado a seguir:

	Tipo	Modalidade	Indexador de referência	30/09/2019	31/12/2018
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	CDI	131.979	92.476
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 600 mil	Renda Fixa	CDI	2.382	3.958
Banco do Brasil S.A.	CP ADMIN SUPREMO S. PUBLICO	Renda Fixa	CDI	619	-
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI RF CDB	CDB FLEX	99% CDI	8.282	8.322
Caixa Econômica Federal	Mega Referenciado	Renda Fixa	CDI	67.089	52.813
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	CDI	807	5.336
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI RF CP	Renda Fixa	CDI	476	-
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI CP	CDB	95% CDI	32	-
				211.666	162.905

Notas Explicativas da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Essas aplicações financeiras se referem a sobras operacionais que são utilizadas para a Cagece reinvestir na operação, a fim de tentar realizar todas as diversas obrigações de universalização e de manutenção e renovação de ativos, as quais não possuem receita tarifária suficiente nem recursos dos orçamentos fiscais federal e estadual para lhes fazer face. Essas momentâneas sobras são absolutamente necessárias para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos prestados e somente são aplicadas em contas de investimento até a conclusão dos respectivos processos de utilização das mesmas, a fim de que se capitalize mais para maximizar a sua utilização na operação.

7. Depósitos vinculados

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta vinculada	308	319
Aplicações financeiras vinculadas	106.896	78.062
	<u>107.204</u>	<u>78.381</u>

Os depósitos bancários vinculados estão representados substancialmente por duas situações:

- (i) Recursos recebidos oriundos da tarifa de contingência, estando tais valores vinculados a desembolsos específicos advindos da estiagem no estado do Ceará.

No período findo em 30 de setembro de 2019, o montante de R\$ 103.146 (R\$ 69.659 em 31 de dezembro de 2018) se refere à arrecadação decorrente da tarifa de contingência.

- (ii) Recursos recebidos através de convênios firmados principalmente com o Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua.

No período findo em 30 de setembro de 2019, o montante de R\$ 4.058 (R\$ 8.722 em 31 de dezembro de 2018) se refere a repasses que o acionista Governo do Estado faz para obras conveniadas, conforme as regras incidentes em cada espécie, sendo tais valores vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Contas a receber de clientes

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Particulares	382.544	339.597
Órgãos públicos	23.453	21.900
Tarifa de contingência (a)	38.361	30.877
Serviços indiretos	50.504	46.007
Serviços prestados a faturar	84.715	73.490
	<u>579.577</u>	<u>511.871</u>
Agentes arrecadadores (b)	7.040	4.221
(-) Arrecadação a discriminar (c)	(7.533)	(5.392)
(-) Provisão para perdas de estimadas de créditos (d)	(280.309)	(240.787)
	<u>(280.802)</u>	<u>(241.958)</u>
	<u>298.775</u>	<u>269.913</u>

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	245.175	214.705
Vencidos:		
1 a 30 dias	42.901	41.978
31 a 60 dias	16.219	15.796
61 a 90 dias	8.738	8.161
91 a 180 dias	22.358	22.117
mais de 180 dias	244.186	209.114
	<u>579.577</u>	<u>511.871</u>

(a) Tarifa de contingência

Aprovada pela Resolução n° 201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução n° 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo n° 003/15 - SUP, a tarifa de contingência visa reduzir o consumo de água por parte da população face da situação de escassez de recursos hídricos. Sua cobrança iniciou-se em 19 de dezembro de 2015.

As bases gerais para cobrança da tarifa de contingência são:

- Estimativa de consumo mensal de referência que corresponde a 90% (noventa por cento) da média de consumo medido do período de outubro de 2014 a setembro de 2015; A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE n° 212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015;
- O usuário cujo consumo mensal de água ultrapasse a média de consumo mensal de referência fica sujeito à tarifa de contingência, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa normal de água, aplicável à parte do consumo de água potável que exceder o consumo de referência;
- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência fica condicionada à aprovação pela ARCE dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela CAGECE. Os recursos estão registrados em depósitos vinculados até a aprovação pela ARCE.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

(b) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na rubrica “Agentes arrecadadores” referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.

(c) Arrecadação a discriminar

Arrecadação a discriminar refere-se a valores recebidos de clientes, cuja baixa da correspondente fatura ainda não foi realizada no sistema comercial da Companhia.

(d) Provisão para perdas de crédito estimada

A Provisão Estimada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores considerando, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber, de forma que se obtenha um julgamento apropriado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas. A Companhia adota como estimativa para cálculo da PCLD, as seguintes regras:

- (i) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor até R\$15;
- (ii) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor superior a R\$15, desde que analisado pela área especialista de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- (iii) Total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que se encontram nos critérios acima;
- (iv) Análise complementar pela área especialista para avaliação de evidências objetivas de perdas.

A provisão para perdas de crédito estimada apresenta a seguinte movimentação:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	(240.787)	(199.515)
Constituição	(89.043)	(125.407)
Reversão (e)	49.521	84.135
Saldo final	<u>(280.309)</u>	<u>(240.787)</u>

- (e) Em 30 de setembro de 2019, o saldo de reversão de R\$ 49.521 está representado, principalmente, por reversões e refaturamentos nos montantes de R\$ 22.288 e R\$ 27.233, respectivamente.

9. Projetos**(a) Projeto Alvorada**

O Estado do Ceará, em 16 de abril de 2001, celebrou o Convênio nº 005/Seinfra/2001 com a Companhia para implementação de ações previstas no Convênio nº 039/2001, firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, e o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura, tendo como executora a

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Companhia, objetivando a execução de ações de saneamento básico em 31 municípios do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Conforme a Cláusula 15ª do Convênio nº 039/2001, “Serão concedidos pela Fundação Nacional de Saúde, após concluído o objeto pactuado no presente convênio, os bens patrimoniais construídos, produzidos ou adquiridos com os recursos transferidos na conformidade com o disposto no item 4 do artigo 15 do Decreto nº 99.658/90 e demais normas regulamentares”. Esse projeto tinha previsão de conclusão para o exercício de 2012, contudo, em função de atrasos na execução dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) de Cariré e do distrito de Inhuçu em São Benedito, em outubro de 2013, este convênio foi prorrogado para 17 de março de 2014. Em decorrência dessa prorrogação, o Convênio nº 005/Seinfra/2001 teve o seu prazo de finalização postergado para 30 de setembro de 2014.

O referido projeto foi concluído. A Prestação de Contas foi aprovada com ressalvas pela Fundação Nacional de Saúde. A comunicação da aprovação da prestação de contas para a Administração da Companhia ocorreu em 6 de maio de 2019. A Companhia não possui mais nenhum direito e obrigação em relação ao referido projeto. Consequentemente a Companhia procedeu a baixa dos referidos saldos relativos ao Projeto Alvorada.

(b) Projeto KfW

O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº 010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e “acordo em separado”, firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW Bankengruppe, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. O projeto KfW III tem prazo de finalização para junho de 2020. Após o encerramento da execução do projeto, será realizada a prestação de contas que, após aprovada, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implementados com esses recursos passarão a ser operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural - SISAR.

O valor da conta de ativo, no montante de R\$ 53.772 (R\$ 53.720 em 31 de dezembro de 2018), denominada de Projeto KfW - recursos aplicados,

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto KfW - recursos recebidos, no montante de R\$ 49.316 (R\$ 49.469 em 31 de dezembro de 2018), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre estas contas de R\$ 4.456 (R\$ 4.251 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

10. Depósitos judiciais

O critério utilizado para definir os valores que permanecem registrados contabilmente em depósitos judiciais são os valores depositados em juízo, os quais são atualizados monetariamente, e ainda não levantados pela Companhia ou pela parte contrária no processo judicial. A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Causas cíveis	582	3.880
Contingências vinculadas - cíveis	(48)	(1.625)
Causas trabalhistas	4.733	5.029
Contingências vinculadas - trabalhistas	(3.283)	(1.922)
Causas tributárias	4.747	3.165
	<u>6.731</u>	<u>8.527</u>

A movimentação dos depósitos judiciais no período está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2018	2.255	3.107	3.165	8.527
Novos depósitos	5.525	3.299	1.495	10.319
Reversões	(8.957)	(3.810)	-	(12.767)
Atualização monetária	134	215	87	436
Compensação com causas judiciais	1.577	(1.361)	-	216
Saldos finais em 30 de setembro de 2019	<u>534</u>	<u>1.450</u>	<u>4.747</u>	<u>6.731</u>

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Depósitos vinculados a garantias

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Banco do Brasil S.A.	10.880	10.368
Caixa Econômica Federal	2.568	2.482
Garantias contratuais	65	65
	<u>13.513</u>	<u>12.915</u>

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 6.886 (R\$6.641 em 31 de dezembro de 2018) e conta reserva no valor de R\$ 3.994 (R\$ 3.727 em 31 de dezembro de 2018), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essa instituição financeira.

12. Ativos financeiros - contratos de concessão

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é regulado na capital do estado do Ceará, pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR e no interior do estado do Ceará, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final das concessões, é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia possui, em 30 de setembro de 2019, R\$ 242.645 (R\$ 224.361 em 31 de dezembro de 2018) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes saldos foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. A receita por atualização do ativo financeiro no período findo em 30 de setembro de 2019 é R\$ 54.957 (R\$ 14.809 em 30 de setembro de 2018), conforme Nota 40.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2018	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	30/09/2019
Ativo financeiro	224.361	(36.673)	54.957	242.645
	224.361	(36.673)	54.957	242.645

	31/12/2017	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	31/12/2018
Ativo financeiro	191.124	13.786	19.451	224.361
	191.124	13.786	19.451	224.361

A variação na atualização do ativo financeiro foi em virtude do aumento na Taxa WACC de 10,29% utilizada para o cálculo do valor presente do ativo financeiro.

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

13. Imobilizado

	30/09/2019		31/12/2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Ativo de arrendamento	20.167	(13.542)	6.625	-
Edificações	25.459	(6.217)	19.242	19.608
Computadores e periféricos	7.044	(4.091)	2.953	3.257
Máquinas e equipamentos	7.517	(4.226)	3.291	3.282
Terrenos	14.249	-	14.249	14.249
Móveis e utensílios	5.457	(3.959)	1.498	1.860
Instalações	133	(70)	63	72
Veículos	1.320	(890)	430	529
Ferramentas	117	(83)	34	40
	81.463	(33.078)	48.385	42.897
Imobilizado em andamento	-	-	-	181
	81.463	(33.078)	48.385	43.078

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2018	Adoção Inicial IFRS 16	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	30/09/2019
Ativo de arrendamento	-	16.475	3.692	-	-	(13.542)	6.625
Edificações	19.608	-	-	-	-	(366)	19.242
Computadores e periféricos	3.257	-	3	(4)	469	(772)	2.953
Máquinas e equipamentos	3.282	-	145	(35)	317	(418)	3.291
Terrenos	14.249	-	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	1.860	-	-	(16)	68	(414)	1.498
Instalações	72	-	1	-	-	(10)	63
Veículos	529	-	-	-	1	(100)	430
Ferramentas	40	-	-	-	1	(7)	34
	42.897	16.475	3.841	(55)	856	(15.629)	48.385
Imobilizado em andamento	181	-	-	-	(181)	-	-
	43.078	16.475	3.841	(55)	675	(15.629)	48.385

	31/12/2017	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2018
Edificações	19.291	-	-	799	(482)	19.608
Computadores e periféricos	3.403	20	(3)	822	(985)	3.257
Máquinas e equipamentos	2.273	17	(6)	1.525	(527)	3.282
Terrenos	14.809	-	-	(560)	-	14.249
Móveis e utensílios	2.262	13	(8)	174	(581)	1.860
Instalações	85	-	-	-	(13)	72
Veículos	120	516	-	13	(120)	529
Ferramentas	43	1	-	8	(12)	40
	42.286	567	(17)	2.781	(2.720)	42.897
Imobilizado em andamento	181	-	-	-	-	181
	42.467	567	(17)	2.781	(2.720)	43.078

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

A seguir, demonstramos a vida útil de cada grupo de ativos.

	<u>Vida útil atual</u>
Bens de arrendamento	1 a 5 anos
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

14. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adição (a)</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferências de obra</u>	<u>30/09/2019</u>
Contratos de concessão	464.179	83.460	(997)	(17.610)	529.032
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(254.844)	(30.336)	16.126	-	(269.054)
Licença de uso de software	68	60	-	-	128
Estoque de obras	42.949	67.889	(12.753)	(39.483)	58.602
	<u>252.352</u>	<u>121.073</u>	<u>2.376</u>	<u>(57.093)</u>	<u>318.708</u>

(a) Adição

	<u>Adições em 30 de setembro de 2019</u>
Contratos de expansão	17.748
Contratos de obras	62.291
Obrigações especiais	(30.336)
Estoques de obras	67.889
Outras adições	3.481
	<u>121.073</u>

Notas Explicativas da Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Intangível

	30/09/2019		31/12/2018	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	3.642.861	(1.178.631)	2.464.230	2.467.460
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(152.274)	37.758	(114.516)	(58.798)
	(3.490.587)	(1.140.873)	2.349.714	2.408.662
Softwares	6.902	(6.041)	861	1.236
Outorga - município de Maracanaú	10.000	(498)	9.502	9.751
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.222)	1.178	1.232
Outorga - município de Frecheirinha	226	(96)	130	138
	19.528	(7.857)	11.671	12.357
	3.510.115	(1.148.730)	2.361.385	2.421.019

No decorrer do exercício de 2019 foram renovados dez contratos onde gerou uma recomposição de R\$ 41,8 milhões no valor do intangível, devido ao prazo maior para amortização desses intangíveis dentro da concessão. A seguir estão discriminados os contratos renovados e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Data de Assinatura	Prazos em anos	Data de vencimento
Cascavel	27/09/2019	36	27/09/2055
Chorozinho	18/09/2019	35	18/09/2054
Eusébio	27/09/2019	30	26/09/2049
Farias Brito	30/09/2019	35	30/09/2054
Horizonte	26/09/2019	35	26/09/2054
Itaitinga	25/09/2019	35	25/09/2054
Maranguape	30/09/2019	35	29/09/2054
Pacajus	27/09/2019	35	27/09/2054
São Gonçalo do Amarante	25/09/2019	35	24/09/2054
São Luís do Curu	30/09/2019	30	30/09/2049

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2018	Adições (a)	Baixa (b)	Transferência ©	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	30/09/2019
Concessão - água e esgoto	2.467.460	105.454	(10.170)	56.394	(182.676)	27.768	2.464.230
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(58.798)	(99.092)	-	-	34.469	8.905	(114.516)
Softwares	1.236	9	-	24	(408)	-	861
Outorga - município de Maracanaú	9.751	-	-	-	(249)	-	9.502
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.232	-	-	-	(54)	-	1.178
Outorga - município de Frecheirinha	138	-	-	-	(8)	-	130
	2.421.019	6.371	(10.170)	56.418	(148.926)	36.673	2.361.385

	31/12/2017	Adições (a)	Baixa (b)	Transferência ©	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	Adoção IFRS 15	31/12/2018
Concessão - água e esgoto	2.421.680	3.246	(11.052)	223.356	(150.256)	(19.514)	-	2.467.460
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(4.790)	-	-	(65.272)	5.536	5.728	-	(58.798)
Intangível em andamento	555.838	169.026	(27.160)	(190.507)	-	-	(507.197)	-
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(166.426)	(62.064)	1.481	29.300	-	-	197.709	-
Softwares	1.110	398	-	342	(614)	-	-	1.236
Outorga - município de Maracanaú	-	10.000	-	-	(249)	-	-	9.751
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.304	-	-	-	(72)	-	-	1.232
Outorga - município de Frecheirinha	149	-	-	-	(11)	-	-	138
	2.808.865	120.606	(36.731)	(2.781)	(145.666)	(13.786)	(309.488)	2.421.019

- (a) As adições ao intangível estão representadas substancialmente pela execução das seguintes obras: (i) Ampliação do Sistema de Reservação e Macro distribuição de Água da Região Metropolitana Reservatório do Taquarão e Adutoras; (ii) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias CD-1, CD-2 E CD-3 (META 1) no Município de Fortaleza-Ce; (iii) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Sede do Município de Tauá- Ce; (iv) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na Localidade de Capuan no Município de Caucaia-Ce e (v) Execução de Serviços Técnicos de Expansão nos Sistemas de Água e Esgoto da Unidade de Negócio Metropolitana Oeste (UNMTO);

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

- (b) Em função de a Companhia ter adotado como política contábil classificar em intangível em andamento (ativo de contrato) os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, por representarem o seu maior consumo/aplicação, as baixas ao intangível em andamento estão representadas parte pela aplicação de materiais na manutenção dos ativos da Companhia;
- (c) As transferências no período de nove meses ocorrem entre imobilizado e intangível no valor de R\$ 675 e entre intangível e ativo de contrato no valor de R\$ 57.093.

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 12.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

16. Fornecedores

Em 30 de setembro de 2019, o saldo de R\$ 144.745 (R\$ 124.618 em 31 de dezembro de 2018) refere-se às contas a pagar para os fornecedores de obras, materiais ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

17. Arrendamento mercantil

	<u>30/09/2019</u>
Circulante	9.014
Não circulante	920

Os passivos de arrendamento apresentam a seguinte movimentação:

	<u>30/09/2019</u>
Saldo inicial	-
Adoção inicial IFRS 16	16.475
Acréscimo	3.797
Amortizações (principal e juros)	(10.338)
Saldo final	<u>9.934</u>

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

18. Empréstimos e financiamentos

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	116.969	125.902
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (ii)	411	605
Banco Santander (iii)	2.390	2.971
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (iv)	31.384	47.818
Banco do Nordeste (vi)	6.336	-
	<u>157.490</u>	<u>177.296</u>
Moeda estrangeira		
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (v)	228.980	219.800
	<u>386.470</u>	<u>397.096</u>
Circulante	(65.300)	(61.125)
Não circulante	321.170	335.971

(i) Caixa Econômica Federal

Tratam-se de contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a., com saldo devedor e prestações reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade dos saldos das contas vinculadas do FGTS, taxa de risco de crédito de até 2% a.a. e taxa de administração variando de 1% a 2% a.a. O pagamento da última parcela ocorrerá em 2032. Todas as operações já saíram do período de carência, com pagamento mensal de prestações calculadas segundo o Sistema Francês de Amortização - "Tabela Price". Foram oferecidos como garantia a arrecadação decorrente da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondente a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base. A posição em setembro de 2019 corresponde a 21 contratos vigentes. Existe ainda uma operação FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) tendo como operador a Caixa Econômica Federal, contratada em dezembro/2016, com as seguintes características: Sistema de Amortização Constante, prazo total de 60 meses, com carência de 24 meses para início da amortização e pagamento de encargos durante o período de carência a cada 3 meses (trimestrais). Saldo devedor corrigido pela TJLP (a TJLP foi substituída pela TLP apenas para os contratos firmados a partir de 01 de janeiro de 2018) + 5,91%, incluindo os encargos remuneratórios do operador. Os recebíveis da Companhia foram dados como garantia da operação.

(ii) Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará

Surgiram a partir de convênios celebrados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia, para repasses de recursos oriundos de financiamentos obtidos pelo Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, sendo posteriormente reembolsado pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Atualmente existe apenas um contrato vigente, com vencimento em agosto de 2021. Nessas operações foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE).

Notas Explicativas da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

(iii) Banco Santander

Em 2017 foram aprovadas 6 (seis) operações FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) junto ao BNDES, tendo como operador o Banco Santander, antes da substituição da TJLP pela TLP. O valor total das operações é de R\$ 6,5 milhões sendo 50% contrapartida da Cagece. Todas as operações possuem características similares: Prazo total de 60 meses, sendo 6 de carência e 54 de amortização, saldo devedor corrigido pela TJLP + 5,10% a.a. já incluído nesse percentual a remuneração do agente, pagamento de encargos no período de carência (trimestral). Já ocorreram todas as liberações relacionadas as operações aprovadas, estando já em fase de amortização, com encerramento dos contratos em 2022.

(iv) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Contrato nº 10.2.2006.1 destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$155,62 milhões.

O Contrato nº 12.2.0618.1 destina-se à ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra de Ibiapaba (SAA Ibiapaba), no valor total de R\$28,38 milhões.

Os encargos financeiros incidem sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 10.2.2006.1 e 2,71% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 12.2.0618.1. O principal da dívida deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação vencendo em 15 de janeiro de 2021.

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, deverá manter os seguintes índices econômicos financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Contrato	Índice	Meta	Apuração
BNDES	EBTIDA Ajustado/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,5	Trimestral
	Dívida Líquida Ajustada/EBTIDA Ajustado	Igual ou menor que 3,00	Trimestral
	Outras Dívidas Onerosas/EBTIDA Ajustado	Igual ou menor que 1,00	Trimestral

O não cumprimento desses índices por dois semestres consecutivos implica em a Companhia oferecer garantias adicionais à Instituição ou vencimento antecipado da dívida. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES.

(v) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR - II, que tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsável do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

semestrais (com vencimentos nos meses de abril e outubro). Até setembro de 2019, foram pagas 19 parcelas, sendo o próximo vencimento (parcela 20/40) em outubro/2019.

(vi) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Assinado em 29 de junho de 2018 contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste. São recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destinados a ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário de Fortaleza, Maracanaú e Pacoti. O valor do financiamento é de R\$ 164,7 milhões. Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPC-A, de Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. A Juros Básicos Fixos - (JBF) constante no contrato é de 2,0766% a.a. Também são cobrados encargos financeiros equivalentes incidentes sobre recursos do FNE de 0,17% a.m. Os desembolsos relativos ao referido contrato iniciaram em setembro/2019. Está em fase de negociação um segundo contrato.

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos iniciais	397.096	413.802
Novas liberações	7.669	4.043
Amortizações (principal e juros)	(53.709)	(80.823)
Juros e variações monetárias	18.913	24.384
Transferências intangível - Juros capitalizados	-	2.984
Variação cambial	16.501	32.706
Saldos finais	<u>386.470</u>	<u>397.096</u>

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Entre 2 e 4 anos	126.090	138.106
Entre 5 e 7 anos	84.970	79.554
Entre 8 e 10 anos	84.792	79.527
Entre 11 e 13 anos	25.318	37.058
Entre 14 e 15 anos	-	1.726
	<u>321.170</u>	<u>335.971</u>

19. Incentivo à aposentadoria - PRSP**19.1. Composição**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Incentivo à aposentadoria - PRSP	119.312	125.714
Ajuste a valor presente	(23.211)	(26.989)
	<u>96.101</u>	<u>98.725</u>
Circulante	(35.285)	(34.980)
Não circulante	60.816	63.745

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

19.2. Movimentação

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	98.725	74.976
Pagamentos	(26.272)	(31.444)
Despesa financeira	10.288	9.200
Incrementos	19.991	63.599
Ajuste a valor presente (a)	(6.631)	(17.606)
Saldo final	<u>96.101</u>	<u>98.725</u>

19.3. Cronograma de realização

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
1 ano	35.285	34.980
Entre 1 e 2 anos	32.548	40.209
Entre 2 e 5 anos	23.584	17.248
Mais de 5 anos	4.684	6.288
	<u>96.101</u>	<u>98.725</u>

a) PRSP I

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD - 041 de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentadoria, recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O Plano destinava-se aos empregados do quadro próprio, em que após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindir o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de seis anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 10,29%, correspondente à taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital*) da Companhia da data das informações trimestrais.

Em 31 de dezembro de 2018, não foi constituída qualquer obrigação de benefício rescisório PRSP, tendo em vista que em 10 de janeiro de 2014 a Diretoria encerrou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) constante na SAD - 041 a partir da data-base de 31 de dezembro de 2013.

b) PRSP II

Em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP II) através da Norma Interna SAD - 065 (versão 1), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia condições de aposentar-se ou mesmo se desligar da Companhia por já se encontrar aposentado, recebendo benefícios financeiros temporários, na forma do requerimento de adesão celebrado entre as partes.

O presente plano destinou-se aos empregados do quadro próprio que atenderam às condições estabelecidas na norma, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 30 de abril de 2014; atender às exigências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto à idade e tempo de contribuição necessários à aposentadoria ou mesmo já ser aposentado pelo INSS; ter ingressado como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar - Cageprev; estar inscrito na Gerência de Pessoas - GEPES para participação no plano, através de requerimento de adesão.

Os empregados que atendessem às seguintes condições poderiam aderir ao PRSP II no período de 3 de fevereiro a 30 de abril de 2014: (i) efetuar o requerimento de adesão até 30 de abril de 2014; (ii) desligar-se da CAGECE, na data estabelecida pela Diretoria, a partir de 30 de maio de 2014; (iii) obterem ou já tiverem obtido a concessão de aposentadoria pelo INSS; e (iv) assumirem obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

O PRSP II concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por seis (6) anos; (ii) pagamento de 15 (quinze) salários na rescisão contratual para o PRSP II, pagos em 36(trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) incentivo financeiro de 30% do salário de referência para os empregados com salário de referência menor ou igual ao piso de INSS dividido por 0,8; (iv) em caso de falecimento do empregado inscrito no Plano, cuja

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

adesão tenha sido deliberada pela Diretoria, será garantido o benefício aos dependentes legais deste; (v) assistência à saúde odontológica e médica (plano enfermagem), por 6 (seis) anos para o empregado e 2 (dois) anos para seus dependentes já cadastrados. Ressalte-se que, conforme consta no item 2.4 do SAD em referência, o empregado que não rescindir o contrato de trabalho com a CAGECE na data estabelecida pela Diretoria será excluído do Plano, implicando na perda do benefício.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 10,29%, correspondente à taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital*) da Companhia da data das informações trimestrais.

c) PRSP III

Em 28 de março de 2017, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP III) através da resolução Nº 011/17/DPR. Posteriormente alterada pela resolução Nº 016/17/DPR, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderirem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários, na forma estabelecida neste Regulamento.

O presente plano se destina aos empregados do quadro próprio que atendam as condições expressas neste Regulamento, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 31 de dezembro de 2018; atender os requisitos legais para a obtenção do benefício de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, contados, pelo menos, dez anos de tempo de serviço na Cagece; ter ingressado e se mantido como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar (Cageprev). E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: ter sido submetido a processo administrativo-disciplinar que tenha resultado na rescisão do contrato de trabalho; ter sido condenado por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do emprego.

O prazo para adesão se iniciou na data da publicação deste Regulamento e se encerrou ao final do expediente do dia 17 de maio de 2017.

A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior à data prevista para seu desligamento; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP III; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As datas de rescisão de cada empregado optante ao Plano serão estabelecidas e divulgadas pela Cagece, oportunamente após o fim do prazo para adesão.

O PRSP III concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses; (ii) pagamento de 16 (dezesesseis) salários na rescisão contratual para o PRSP III, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado; (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 36 (trinta e seis) meses iniciais do plano; (v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento; (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP III, repassado para a Cageprev; (vii) Na ocorrência de falecimento do optante antes da rescisão contratual ficam garantidos os direitos aos herdeiros, conforme definidos no Código Civil, cabendo àqueles apresentar no prazo de 2 (dois) meses o processo de inventário.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos sete anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 10,29%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das informações trimestrais.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Tributos a Recolher

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda - reinvestimento	3.009	1.892
REFIS IV	17.525	21.971
COFINS	7.736	7.576
Previdência social	2.222	1.884
IRPJ/CSLL	6.767	1.863
Parcelamento Tributos Federais	6.999	8.439
Outros	7.046	8.020
	<u>51.304</u>	<u>51.645</u>
Circulante	<u>(31.180)</u>	<u>(26.670)</u>
Não circulante	<u>20.124</u>	<u>24.975</u>

São registrados neste grupamento todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços, administrativos e de pessoal, tais como o Imposto de Renda, as Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, Contribuições Previdenciárias - INSS, Impostos municipais, Impostos estaduais e valores referentes ao Incentivo Fiscal para reinvestimento.

21. Dividendos a distribuir

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Governo do Estado do Ceará	59.093	28.596
Prefeitura Municipal de Fortaleza	-	3.604
Demais adiconistas minoritários	4	4
	<u>59.097</u>	<u>32.204</u>

Abaixo segue a movimentação do saldo de dividendos a distribuir:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	32.204	16.586
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	34.347	32.144
Pagamento de dividendos	-	(16.526)
Integralização ao capital social	(7.454)	-
Saldo final	<u>59.097</u>	<u>32.204</u>

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Obrigações com tarifa de contingência

Refere-se aos recursos recebidos provenientes da tarifa de contingência no qual ainda não foram aplicados nos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas de água. Abaixo segue a movimentação do saldo:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	123.172	85.668
(+) Recursos faturados decorrente tarifa de contingência	90.817	110.633
(-) Pis e cofins sobre tarifa de contingência	(7.976)	(11.981)
(-) Ressarcimento de despesas	(23.949)	(42.331)
(+) Rendimento das aplicações financeiras	3.859	3.519
(-) Despesas financeiras	(492)	(625)
(-) Provisão da perda oriunda da tarifa de contingência	(4.898)	(3.929)
(-) Investimentos	(17.019)	(17.782)
Saldo final	<u>163.514</u>	<u>123.172</u>

23. Provisão para contingências

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Causas cíveis	41.568	53.563
Depósito judicial vinculado - cíveis	(48)	(1.625)
Causas trabalhistas	10.892	7.836
Depósito judicial vinculado - trabalhistas	(3.283)	(1.922)
	<u>49.129</u>	<u>57.852</u>

A movimentação da provisão no ano está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	99.453	7.131	106.584
Adições	25.407	3.789	29.196
Juros	7.852	1.401	9.253
Reclassificação para contas a pagar	(51.527)	-	(51.527)
Reversão	(24.440)	(4.256)	(28.696)
Pagamentos	(3.312)	(864)	(4.176)
Compensação com depósitos judiciais	(1.495)	(1.287)	(2.782)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	51.938	5.914	57.852
Adições	6.877	5.137	12.014
Juros	2.128	(104)	2.024
Reversão	(12.892)	(215)	(13.107)
Pagamentos	(8.108)	(1.762)	(9.870)
Compensação com depósitos judiciais	1.577	(1.361)	216
Saldo final em 30 de setembro de 2019	<u>41.520</u>	<u>7.609</u>	<u>49.129</u>

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

O montante de R\$ 49.129 decorre, principalmente, de: a) cível - ações judiciais cobrando diferenças de valores em decorrência das desapropriações e execuções das obras do canal do trabalhador, indenização por danos morais e materiais, danos ambientais, realinhamento contratual e b) trabalhistas - enquadramento no Nível 16, Grau I, Mestre Especialista, diferença salarial e verbas rescisórias.

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Diretoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda “provável”.

Contingências possíveis

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Diretoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R\$ 44.366 em 30 de setembro de 2019 (R\$52.616 em 31 de dezembro de 2018).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas informações trimestrais. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	30/09/2019
0211039-14.2013.8.06.0001/0 (i)	Judicial	Cível	3.827
0044591-85.2012.8.06.0001/0 (ii)	Judicial	Cível	2.684
0832790-71.2014.8.06.0001/0 (iii)	Judicial	Cível	1.927
0814945-63.2019.4.05.8100 (iv)	Judicial	Cível	1.495
0000387-54.2006.8.06.0101/0 (v)	Judicial	Cível	1.200
0000145-73.2019.5.07.0033 (vi)	Judicial	Trabalhista	1.178
0500372-61.2011.8.06.0001/0 (vii)	Judicial	Cível	1.139
0066771-08.2006.8.06.0001/0 (viii)	Judicial	Cível	933
0000368-32.2019.5.07.0031 (ix)	Judicial	Trabalhista	900
0027382-79.2007.8.06.0001/0 (x)	Judicial	Cível	790
Outros			28.293
			44.366

- (i) Ação cível em que a requerente solicita reconhecimento de débito e reparação de danos por parte da CAGECE em virtude de atrasos no pagamento das medições, não pagamento dos reajustes contratuais previstos, não pagamento de juros e correção monetária, pagamentos feitos em atraso e paralisações nas obras de recuperação da ETE do Residencial Tatu Mundê, implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Conjunto Açude da Viúva I e II e do sistema de esgotamento sanitário do Loteamento Urucutuba I e II, no Município de Fortaleza-Ce.;

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

- (ii) Ação de rescisão contratual referente a serviços de execução do Emissário de Efluentes Industriais a ser implantado no Complexo Industrial do Porto do Pecém por parte da contratada;
- (iii) Ação de cobrança movida pela Allsan contra a Cagece, referente a serviços técnicos especializados de leitura de medidores com faturamento imediato, cujo objeto diz respeito às medições referentes ao período de julho a novembro de 2012, bem como os reajustes;
- (iv) Ação cível em que a CAGECE recebeu carta de conrança referente ao processo: 10380.902.85/2012-10, vinculado ao processo administrativo Nº 103809022289/2012, em decorrência de lançamento fiscal oriundo de homologação parcial de pedido de compensação;
- (v) Ação ordinária promovida contra o Município de Itapipoca, visando extinguir o crédito tributário referente ao ISS do período de agosto de 2001 a julho de 2002 e setembro de 2002 a agosto de 2004;
- (vi) Ação trabalhista em que o reclamante requer o pagamento de indenização por danos morais, estéticos e material em decorrência de acidente de trabalho;
- (vii) Ação de indenização ao proprietário de terreno por danos de desvalorização. O terreno foi adquirido, inicialmente, para ser construído uma estação de tratamento de esgoto, entretanto o terreno está sendo utilizado como poço, sem qualquer tratamento de esgoto;
- (viii) Ação de indenização pelas terras invadidas;
- (ix) Ação referente à reclamação trabalhista de incorporação de gratificação de função;
- (x) Ação civil referente à rescisão contratual com a HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA.

Contingência remota relevante

A Companhia sofreu autuação e imposição de multa para exigir IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2014, em razão de três temas a seguir:

- (i) Utilização de taxas de depreciação incorretas;
- (ii) Ganhos decorrentes da avaliação de ativos a valor justo (AVJ); e
- (iii) Postergação no pagamento dos tributos.

O valor total da autuação de IRPJ foi de R\$ 602.044 mil e da autuação de CSLL foi de R\$ 216.736 mil, considerando principal, juros e multa de ofício. Logo, o valor total do lançamento de ofício em julho de 2019 foi de R\$ 818.780 mil.

Conforme se depreende dos argumentos de defesa da CAGECE, o auto de infração em questão não deve prosperar quando submetido a julgamento técnico, especialmente se considerado também a hipótese de julgamento na esfera judicial.

Nesse sentido, o risco de perda do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10380-725.747/2019-19 é considerado remoto pela Administração da Companhia.

24. Imposto de Renda e contribuição Social diferidos

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, e bases

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	30/09/2019			31/12/2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Provisões para contingências	16.246	5.849	22.095	16.013	5.764	21.777
Provisões para perdas estoques	335	121	456	335	121	456
Tarifa de contingência	21.728	20.703	42.431	15.796	15.025	30.831
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.524	4.509	17.033	10.709	3.855	14.564
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	47.356	16.924	64.280	33.537	12.073	45.610
Total diferido ativo	98.189	48.106	146.295	76.390	36.838	113.228
Diferenças temporárias						
Variação cambial - exclusão regime de caixa	3.632	1.308	4.940	(501)	(180)	(681)
Ajuste de avaliação patrimonial	(177.645)	(63.952)	(241.597)	(185.437)	(66.758)	(252.195)
Total diferido passivo	(174.013)	(62.644)	(236.657)	(185.938)	(66.938)	(252.876)
Total de imposto diferido líquido	(75.824)	(14.538)	(90.362)	(109.548)	(30.100)	(139.648)

25. Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego e de longo prazo. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de assistência à saúde sob responsabilidade da CAGECE. A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
<i>Benefícios Pós-emprego</i>	194.034	154.490
<i>Plano de assistência médica</i>	194.034	154.490
Total	194.034	154.490

Benefícios pós-emprego:

A CAGECE é patrocinadora de planos de aposentadoria e assistência médica. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho mantidas com a CAGECE.

Notas Explicativas da Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Gestão dos planos

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAGECE, sua administração é realizada pela Cageprev, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, instituída em 2004 pela patrocinadora.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Quanto ao plano de assistência médica, este foi contratado pelo SINDIAGUA junto à UNIMED, conforme as seguintes informações:

- Tipo de contratação: coletivo por adesão, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);
- Contribuição: da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- Valor da contribuição: fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária;
- Modalidade: ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, sem odontológico;
- Acomodação: apartamento/enfermaria, dependendo da adesão.

(b) Planos de benefícios - Benefício Definido

Para o plano de assistência médica, a contribuição é definida através de custo médio, não havendo distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos beneficiários ativos e aposentados (bem como seus respectivos dependentes e agregados). Referida contribuição é reajustada anualmente, em função do reajuste de procedimentos médicos, da sinistralidade da apólice ou a alteração do perfil etário que originou o prêmio médio vigente - em função dos gastos ocorridos na operadora de planos de saúde.

O valor da contribuição mensal (prêmio) pago pela CAGECE tem valor fixo por ativos e aposentados. Para o dependente, o valor pago resulta do valor do salário-base do empregado, tendo por parâmetro o valor do salário mínimo (SM), conforme tabela de contribuição aprovada em acordo coletivo. No plano contratado pela CAGECE é permitido aos ex-empregados, aposentados desligados da patrocinadora, continuarem no plano, desde que assumam as suas contribuições integralmente - conforme ditames da Lei 9.656/98.

Frente a severidade iminente nos custos médicos oriundos dos ex-empregados, por fatores de envelhecimento, há o impacto direto nas contribuições pagas pela CAGECE em favor de seus empregados (ativos), por serem calculadas como sendo um custo médio no qual o aumento na sinistralidade, decorrente dos aposentados, ocasionará, como consequência, elevação das contribuições

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

de todos os beneficiários segurados, inclusive dos ativos. Assim, a permanência destes, após o desligamento da CAGECE, caracteriza benefício indireto aos ex-empregados (subsídio indireto), uma vez que a permanência destes eleva a mensalidade paga pela CAGECE para os seus empregados, incorrendo na necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Para o cálculo de provisão de benefícios pós-emprego existe previsão de cálculo do subsídio indireto, em linha com discussões técnicas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), onde o compromisso da CAGECE corresponde à diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e o seu respectivo custo médico médio - observada toda a massa com tal perfil.

Para tanto foram consideradas na avaliação atuarial as seguintes informações:

<u>Ativos</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Número	1.175	1.206
Idade Média	46	46
<u>Dependente de Ativos</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Número	2.956	3.007
Idade Média	40	41
<u>Assistidos</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Número	175	166
Idade Média	70	70
<u>Dependentes dos Assistidos</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Número	128	121
Idade Média	58	58
<u>Assistidos – PRSP e PPA</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Número	308	308
Idade Média	66	66
<u>Dependentes dos Assistidos– PRSP e PPA</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Número	555	598
Idade Média	48	47

Em função do Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado (PRSP) e Plano Provisório de Incentivo à Aposentadoria (PPA) - em função da rescisão de trabalho e elegibilidades previstas em ambos os planos - foram garantidos àqueles que aderissem à época, dentre outros benefícios, o incentivo de auxílio saúde por prazo determinado. Durante este prazo, fica mantida a participação da CAGECE, como se empregado fosse, inclusive aos seus dependentes, no custeio ao plano médico.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Após decorrido o prazo garantido por força do PRSP e PPA, bem como aqueles que se aposentarem fora dos referidos planos, o benefício de assistência médica é garantido desde integralmente custeados pelo empregado desligado, observado os ditames previstos pela Lei 9.656/96.

(b.1) Avaliação Atuarial do plano de assistência médica.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados por consultoria especializada, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAGECE.

(b.2) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAGECE, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para o plano assistencial - como benefício pós-emprego estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAGECE.

(b.3) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano de assistência médica

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no plano de assistência médica, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O Aging Factor adotado para 2019 foi de 2,50%, com base na experiência de mercado da consultoria.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

<u>Biométricas e Demográficas</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tábua de mortalidade geral	AT- 2000, segregada por sexo	AT- 2000, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	Experiência IAPC	Experiência IAPC
Rotatividade	0,00%	0,00%
Composição familiar	Família Real	Família Real
Entrada em aposentadoria	Homens: 63 anos Mulheres: 61 anos	Homens: 63 anos Mulheres: 61 anos
Take-up	55,56%	56,45%

<u>Econômicas e Financeiras</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custos Médicos Médios ¹	752,85	717
Taxa nominal de desconto atuarial	7,69%	9,14%
Inflação de Longo Prazo	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimentos dos Custos Médicos	3,50% decrescendo 0,25% em 11 anos	3,50% decrescendo 0,25% em 11 anos
Aging Factor ("Fator de envelhecimento")	2,50%	2,50%
Taxa de reajuste de benefícios do plano	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade	Não aplicável	Não aplicável

(b.4) Conciliação do saldo do Valor Presente da Obrigação Atuarial do plano

Conforme pode ser observado a seguir, inexistem ativos financeiros para a cobertura do passivo originado pelo plano de assistência médica.

	Valor Presente e das Obrigações Atuariais	Valor Justo dos Ativos do Plano	Limite de Ativo	Passivo / (Ativo) Líquido Total
1. Valor no início do exercício	154.490	0	0	154.490
2. Custo do serviço corrente	2.927	0	0	2.927
3. Custo dos juros	10.324	0	0	10.324
4. Rendimento esperado dos ativos (maior)/menor que a taxa de retorno	0	0	0	0

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Valor Presente e das Obrigações Atuariais	Valor Justo dos Ativos do Plano	Limite e de Ativo	Passivo / (Ativo) Líquido Total
5. Ganhos ou perdas atuariais	(26.991)	0	0	(26.991)
6. Mudança de hipóteses	57.477	0	0	57.477
7. Contribuições pagas pela empresa	0	0	0	0
8. Contribuições pagas pelos empregados	0	0	0	0
9. Benefícios pagos pelo plano	0	0	0	0
10. Benefícios pagos diretamente pela empresa	(4.192)	0	0	(4.192)
11. Custo de administração	0	0	0	0
12. Impostos	0	0	0	0
13. Custo de serviço passado - alteração do plano	0	0	0	0
14. Custo de serviço passado - redução do plano	0	0	0	0
15. Eliminação antecipada de obrigações	0	0	0	0
16. Aquisição	0	0	0	0
17. Alienação	0	0	0	0
18. Benefícios de desligamento	0	0	0	0
19. Outras despesas	0	0	0	0
20. Mudança no superávit	0	0	0	0
21. Valor no final do exercício	194.035	0	0	194.035

Ainda, já se encontra contabilizado no passivo da CAGECE, os valores referentes aos montantes de contribuições vertidas pela patrocinadora - sob tempo determinado - em função do prazo do auxílio-saúde para aqueles que aderiram ao PRSP e PPA. Os valores contabilizados, são apresentados conforme quadro a seguir, na posição de 30/09/2019:

Valor presente da obrigação atuarial	194.035
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA)	4.975
Valor presente da obrigação atuarial	189.060

Desse modo, os ganhos/perdas apurado no exercício - para fins de demonstração nos Outros Resultados Abrangentes - ORA, deverá constar líquido da movimentação do valor de R\$4.975, durante o exercício de 2019, conforme quadro a seguir:

Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA) - 31/12/2018	16.444
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA) - 30/09/2019	4.975
Diferença apurada	11.469
Valor apurado em Outros Resultados Abrangentes - ORA	30.485

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Valor total em Outros Resultados Abrangentes - ORA	41.955
---	---------------

(b.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Perfil de Vencimento da Obrigação de Benefício Definido	30/09/2019
1. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/09/2020	8.144
2. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/09/2021	8.618
3. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/09/2022	5.401
4. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/09/2023	5.311
5. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/09/2024 ou posterior	166.560

(b.6) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o próximo ano

Custo de Benefício Definido estimado para o próximo exercício	31/12/2019	30/09/2020
1. Custo do Serviço Corrente	3.903	5.700
2. Custo de Serviço Passado - Alterações do Plano	0	0
3. Custo de Serviço Passado - Reduções Antecipadas	0	0
4. (Ganhos)/Perdas de liquidações antecipadas	0	0
5. Custo do Serviço	3.903	5.700
6. Juros líquidos sobre (Ativo)/Passivo líquido	13.766	14.612
7. Custo de Benefício Definido reconhecido no resultado	13.766	14.612
8. Custos de Administração incorridos no período	0	0
9. Custo de Terminação de Benefícios	0	0
10. Outros Ajustes	0	0
11. Custo reconhecido no resultado	17.669	20.312

(b.7) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

<u>Efeito do acréscimo de 0,25 p.p. na taxa de desconto</u>	R\$
Efeito com o acréscimo de 0,25 p.p. no custo dos juros	(374)
Efeito com o acréscimo de 0,25 p.p. valor presente das obrigações	(11.155)
<u>Efeito do decréscimo de 0,25 p.p. na taxa de desconto</u>	R\$
Efeito com o decréscimo de 0,25 p.p. no custo dos juros	397
Efeito com o decréscimo de 0,25 p.p. no valor presente das obrigações	12.250
<u>Efeito na tábua biométrica do acréscimo da idade em um ano</u>	R\$
Efeito com o acréscimo de um ano no custo dos juros	1.707
Efeito com o acréscimo de um ano no valor presente das obrigações	(11.612)

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

<u>Efeito na tábua biométrica do decréscimo da idade em um ano</u>	<u>R\$</u>
<i>Efeito com o decréscimo de um ano no custo dos juros</i>	3.838
<i>Efeito com o decréscimo de um ano no valor presente das obrigações</i>	12.206
<u>Efeito do acréscimo de 0,25% no Aging Factor</u>	<u>R\$</u>
<i>Efeito com o acréscimo de 0,25% p.p. no custo dos juros</i>	4.296
<i>Efeito com o acréscimo de 0,25% p.p. valor presente das obrigações</i>	17.324
<u>Efeito do decréscimo de 0,25% no Aging Factor</u>	<u>R\$</u>
<i>Efeito com o decréscimo de 0,25% p.p. no custo dos juros</i>	1.296
<i>Efeito com o decréscimo de 0,25% p.p. no valor presente das obrigações</i>	(16.212)

26. Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente, de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Em 29 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no montante de R\$ 108.282, sendo R\$ 22.629 referente à capitalização de incentivos fiscais do ano de 2018, R\$ 62.071 oriundos da retenção de lucros de 2018, R\$ 7.454 da distribuição dos dividendos obrigatórios do exercício 2018 e R\$ 16.128 referente a integralização de recursos provenientes do Tesouro do Estado. Nesta data, o capital social da Companhia passou para R\$ 1.977.904 dividido em 186.172.738 ações ordinárias e 56.877 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada para 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 da seguinte forma (quantidade de ações):

	30/09/2019			31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado do Ceará	164.832.068	38.708	164.870.776	158.087.682	38.637	158.126.319
Município de Fortaleza	21.340.376	-	21.340.376	19.974.965	-	19.974.965
Outros	294	18.169	18.463	294	18.169	18.463
	186.172.738	56.877	186.229.615	178.062.941	56.806	178.119.747

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,41% do capital social votante da Companhia (2018: 88,65%), conforme composição discriminada abaixo (valor do capital):

	30/09/2019				31/12/2018			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Estado do Ceará	1.740.623	8.117	1.748.740	88,41%	1.649.320	8.097	1.657.417	88,65%
Município de Fortaleza	225.351	-	225.351	11,39%	208.395	-	208.395	11,15%
Outros	3	3.810	3.813	0,20%	3	3.807	3.810	0,20%
	1.965.977	11.927	1.977.904	100,00%	1.857.718	11.904	1.869.622	100,00%

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

27. Reserva de lucros

O montante registrado na conta de “Reserva de lucros” corresponde às reservas legal, estatutária, incentivos fiscais e de retenção de lucros, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, conforme destritas a seguir:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída anualmente como destinação de até 10% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva estatutária tem por fim ser usada para pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluindo pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Através do Laudo Constitutivo nº 0086/2017, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de modernização de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 528.001.800 m³/ano, correspondente a 100% da capacidade do empreendimento modernizado, a partir do ano-calendário de 2017, por um prazo de 10 anos, com término no ano-calendário de 2026.

A Portaria DFIN nº 0034/2019, aprovou o Parecer CGIF nº 0320/2019 referente ao direito do benefício fiscal de "Redução por Reinvestimento" de 30% do IRPJ, devido no período de 2017, para projeto de complementação de equipamentos, reconhecendo que o empreendimento atende as condições ao direito do benefício fiscal, dispostas no art .19 da Lei nº 8.167/91, art. 4 da Lei nº 8.191/91 e no

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Decreto nº 4.213/2002. Os valores depositados no Banco do Nordeste durante o ano de 2017, foram liberados para utilização em 10/09/2019.

(d) Reserva de retenção de lucros

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de retenção de lucros é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito conforme estabelece o art. 199 da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

28. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.

	Saldo 31/12/2017	Realização	Saldo 31/12/2018	Realização	Saldo 30/09/2019
Ativo não circulante					
Ativo financeiro, imobilizado e intangível	784.887	(43.138)	741.749	(31.170)	710.579
Passivo não circulante					
Impostos diferidos	(266.862)	14.667	(252.195)	10.598	(241.597)
Patrimônio líquido					
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>518.025</u>	<u>(28.471)</u>	<u>489.554</u>	<u>(20.572)</u>	<u>468.982</u>

29. Informações por segmento

A Administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional, apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamento sanitário em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto, os custos correspondentes não podem ser segregados em função

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado);

- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta - água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados à prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo setor financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

30. Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/09/2019	30/09/2018
Lucro antes do imposto	131.497	84.216
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	44.709	28.633
Despesas indedutíveis	11.295	15.106
Realização do custo atribuído	10.598	11.116
Outras despesas não dedutíveis	843	818
Tarifa de contingência	19.377	11.092
Reversão de provisões indedutíveis	317	(6.085)
Benefícios Fiscais	(1.634)	(1.050)
Outros itens	14	825
Imposto de renda e contribuição social correntes	85.519	60.455
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	(26.285)	(17.989)
	59.234	42.466
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(35.020)	(25.684)
Encargo fiscal	24.214	16.782
Alíquota efetiva	18,41%	19,93%

A alíquota de imposto média em 30 de setembro de 2019 é de 18,41% (19,93% em 30 de setembro de 2018).

Notas Explicativas da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

31. Partes relacionadas

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

(a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Repasses de recursos recebidos do Governo do Estado do Ceará, decorrentes do financiamento contratado pelo Governo junto à Caixa Econômica Federal, o qual vem sendo pago pela Companhia por força do Convênio celebrado entre a Secretaria das Cidades e a CAGECE (Nota 18.ii).

(b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos. Em 04 de novembro de 2019 foi assinado o contrato de programa do município de Fortaleza que tem como data de vencimento 04 de novembro de 2054;
- Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato;
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no período findo em 30 de setembro de 2019, correspondeu a R\$ 9.059 (R\$8.035 em 30 de setembro de 2018) e está registrada na rubrica “custos dos serviços prestados”;
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais.

32. Honorários da Administração

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, em 30 de setembro de 2019, totalizou em R\$ 2.192 (R\$ 2.195 em 30 de setembro de 2018), registrado na rubrica “Despesas administrativas da demonstração de resultado”.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)****33. Instrumentos financeiros**

Considerando os termos da CVM nº 550/08, a Companhia procedeu à avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	30/09/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Ativos financeiros - contratos de concessão	242.645	242.645	224.361	224.361
Contas a receber de clientes	298.775	298.775	269.913	269.913
Caixa e equivalentes de caixa	1.088	1.088	1.206	1.206
Aplicações financeiras	211.666	211.666	162.905	162.905
Depósitos vinculados a convênios	107.204	107.204	78.381	78.381
Passivos financeiros				
Incentivo à aposentadoria - PRSP	96.101	96.101	98.725	98.725
Empréstimos e financiamentos	386.470	378.173	397.096	398.997
Fornecedores	144.745	144.745	124.618	124.618
Obrigações com clientes	3.321	3.321	3.558	3.558
Arrendamento mercantil	9.934	9.934	-	-

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Instituições financeiras	Taxa contratual	Período de meses	Taxa de mercado
Caixa Econômica Federal	Juros de 6% a 8% + taxa adm de 1% ou 2% + risco de crédito de 0,3% a 1,7% + atualização monetária FGTS (TR)	151	9%
Santander	Operação Finame: TJLP 2,10% + 3% (remuneração do agente)	35	10,45%
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará	Juros de 6,5% a 8% + 2% taxa adm + 2% risco de crédito	23	9%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	i) Juros de 1,81% a.a. + TJLP; ii) 2,71% a.a. + TJLP	59	9,23%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	i) Juros de 3,69% a.a. + 1,15% (spread BID); ii) juros de 0,84% a.a + 1,15% a.a (Spread BID) + Mecanismo Unimonetário convertido via Libor	121	3,52%
Banco do Nordeste	IPC-A + 2,0766 + CDR	131	9,55%

34. Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia.

A Cageprev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização) e definida. Em linha com a modalidade definida, a Companhia faz contribuições à Cageprev de forma obrigatória e contratual. Portanto, a Companhia não possui qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R\$2.649 (R\$2.316 em 30 de setembro de 2018). A Cageprev encerrou em 30 de setembro de 2019 com 1.448 participantes (1.459 em 31 de dezembro de 2018), sendo 1.363 (1.378 em 31 de dezembro de 2018) ativos e 85 (81 em 31 de dezembro de 2018) assistidos e apresentando um patrimônio da ordem de R\$224.268 (R\$202.109 em 31 de dezembro de 2018).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela Cageprev, a qual emitiu parecer datado de 07 de fevereiro de 2019, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da Cageprev.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

	<u>30/09/2019</u>
Taxa real anual de juros	5,25% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-83

35. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação do período é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	107.250	67.412
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	33	22
	<u>107.283</u>	<u>67.434</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	182.568	175.103
Média ponderada de número de ações preferenciais	57	57
	<u>182.625</u>	<u>175.160</u>
	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	0,5875	0,3850
Ação preferencial	0,6462	0,4235

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

36. Receitas de serviços

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Receita de serviços de abastecimento de água	788.779	710.126
Receita de serviços de esgotamento sanitário	335.656	293.297
Receita de construção	<u>62.292</u>	<u>53.187</u>
	1.186.727	1.056.610
Impostos sobre vendas	(104.436)	(91.175)
Receita líquida	<u>1.082.291</u>	<u>965.435</u>

As áreas de atuação da Companhia encontram-se localizadas dentro do estado do Ceará.

37. Custos dos serviços prestados

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Insumos	(180.352)	(165.698)
Serviços	(147.842)	(124.224)
Depreciação e amortização	(148.517)	(105.190)
Pessoal	(79.449)	(76.193)
Materiais	(20.316)	(17.177)
Custos gerais	(17.960)	(17.900)
Concessão	<u>(9.059)</u>	<u>(8.035)</u>
Custos operacionais	(603.495)	(514.417)
(-) Créditos de PIS e COFINS	34.421	34.274
Custos operacionais líquidos	<u>(569.074)</u>	<u>(480.143)</u>
Custos de construção	(62.291)	(53.187)
	<u>(631.365)</u>	<u>(533.330)</u>

O grupo Serviços compreende os custos com serviços de manutenção e operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros, serviços técnicos profissionais, serviços de cortes e religações, serviços de vigilância do sistema e demais serviços.

A variação na rubrica de “depreciação e amortização”, foi em virtude da diminuição na Taxa WACC que é utilizada para trazer a valor presente o ativo financeiro. Após o cálculo, o valor presente é comparado com o do mês anterior e são reconhecidas a amortização e a receita do ativo financeiro que são contabilizadas no período.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

38. Despesas comerciais

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Serviços	(67.145)	(66.821)
Provisão para perdas de credito estimada	(34.625)	(27.588)
Pessoal	(18.714)	(17.797)
Gerais	(4.143)	(5.053)
	<u>(124.626)</u>	<u>(117.259)</u>

39. Despesas administrativas

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Pessoal	(103.929)	(106.926)
Serviços	(51.519)	(45.700)
Causas judiciais	(12.302)	(8.254)
Gerais	(8.271)	(5.850)
Tributária	(23.414)	(16.175)
Transportes	(2.571)	(5.583)
Depreciação e amortização	(2.368)	(2.232)
Honorários da administração	(2.192)	(2.196)
	<u>(206.566)</u>	<u>(192.916)</u>

40. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.679	5.455
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 12) (a)	54.957	14.809
Juros recebidos de clientes	10.744	10.210
Atualização monetária	-	1.133
Juros ativos	2.203	1.658
Variação cambial ativa	21.428	22.210
(-) PIS/Cofins s/ receita financeira	(3.738)	(1.657)
	<u>94.273</u>	<u>53.818</u>
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(18.822)	(18.041)
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(10.288)	(7.038)
Atualização monetária	(2.267)	(436)
Variação cambial passiva	(37.929)	(63.064)
Outras	(4.690)	1.262
	<u>(73.996)</u>	<u>(87.317)</u>
	<u>20.277</u>	<u>(33.499)</u>

(a) A variação na "receita de atualização do ativo financeiro", foi em virtude da diminuição na Taxa WACC ocorrida em janeiro de 2019. Esta taxa é utilizada para trazer a valor presente o ativo financeiro. Após o cálculo, o valor presente é comparado com o do mês anterior e são reconhecidas a amortização e a receita do ativo financeiro que são contabilizadas no período.

Notas Explicativas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

41. Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

42. Eventos subsequentes

Em outubro de 2019 a Companhia renovou a concessão de sete municípios (Aquiraz, Caucaia, Guaiuba, Nova Olinda, Pacatuba, Paracuru e Paraipaba), com prazo médio de 35 anos. Em novembro de 2019 a Companhia renovou a concessão do município de Fortaleza, Carnaubal, São Benedito, Guaraciaba do Norte, Ibiapina e Trairi. Abaixo estão apresentados os prazos em anos e as data de vencimento das concessões renovadas posterior a 30 de setembro de 2019:

Municípios	Data de Assinatura	Prazos em anos	Data de vencimento
Aquiraz	04/10/2019	35	03/10/2054
Caucaia	07/10/2019	36	06/10/2055
Guaiuba	04/10/2019	35	03/10/2054
Nova Olinda	02/10/2019	35	01/10/2054
Pacatuba	02/10/2019	35	01/10/2054
Paracuru	04/10/2019	35	03/10/2054
Paraipaba	01/10/2019	35	30/09/2054
Fortaleza	04/11/2019	35	03/11/2054
Trairi	08/11/2019	35	07/11/2054
Carnaubal	19/11/2019	30	18/11/2049
Guaraciaba do Norte	19/11/2019	30	18/11/2049
São Benedito	19/11/2019	30	18/11/2049
Ibiapina	26/11/2019	30	25/11/2049

* * *

**Neurisangelo Cavalcante de
Freitas**
Diretor Presidente

**Francisco Rogério Gomes
Leite**
Diretor de Operações

**Francied Assis de Mesquita
Ciriaco**
Diretor de Planejamento e
Captação de Recursos

Cláudia Elizângela Caixeta Lima
Diretora de Mercado e Unidade de
Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez
Diretor de Unidade de Negócio
do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor de Gestão Corporativa

**Victor Diego Soares de
Almeida**
Diretor Jurídico

Pedro Henrique Leite Gomes
Contador CRC/CE 018577/O-8

André Lopes Camurça
Gerente de Contabilidade

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Conselheiros da

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Fortaleza-CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações contábeis intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas informações intermediárias foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram ambos relatórios datados em 12 de dezembro de 2019, que não contiveram nenhuma modificação.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2019

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 CE 001465/F-4

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6 – S - CE

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das demonstrações contábeis do trimestre findo em 30 de setembro de 2019 e relatório de revisão especial dos auditores independentes da BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 12 de dezembro de 2019. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelo representante da auditoria, concluíram que as Demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 30 de setembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2019.

Paulo Henrique Lustosa

Conselheiro Efetivo

José Elcio Batista

Conselheiro Efetivo

Cesar de Almeida Meneses Silva

Conselheiro Efetivo

Francisco Quintino Vieira Neto

Conselheiro Efetivo

João de Aguiar Pupo

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e aprovaram as informações contábeis intermediárias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2019.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas

Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite

Diretor de Operações

Francied Assis de Mesquita Ciriaco

Diretor de Planejamento e Captação de Recursos

Cláudia Elizângela Caixeta Lima

Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez

Diretor de Unidade de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor

Diretor de Engenharia

Victor Diego Soares de Almeida

Diretor Jurídico

Dario Sidrim Perini

Diretor de Gestão Corporativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2019.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas

Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite

Diretor de Operações

Francied Assis de Mesquita Ciriaco

Diretor de Planejamento e Captação de Recursos

Cláudia Elizângela Caixeta Lima

Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez

Diretor de Unidade de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor

Diretor de Engenharia

Victor Diego Soares de Almeida

Diretor Jurídico

Dario Sidrim Perini

Diretor de Gestão Corporativa